

ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO TROFÉU GRALHA AZUL

Shayene Ferreira de Jesus (doutoranda pelo PPGTE/UTFPR)

Eixo: Cidadania e Direitos Humanos

INTRODUÇÃO

O Troféu Gralha Azul é a mais tradicional premiação do teatro paranaense, criada em 1974 para reconhecer artistas, técnicos e produtores das artes cênicas no Estado. Organizado pelo Centro Cultural Teatro Guaíra, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, o prêmio ocupa posição central na produção de reconhecimento simbólico e na legitimação de trajetórias no campo teatral.

Na 40ª edição, realizada em 2023, manifestações presenciais e repercussões nas redes sociais denunciaram racismo institucional na premiação, sendo questionado por não ter produzido uma ampliação efetiva do reconhecimento, levando o prêmio a ser apelidado de “Gralha Branco” e gerando mobilizações do movimento negro e do SATED/PR em defesa de mudanças no edital (Plural, 2023). É nesse contexto que, na 41ª edição, realizada em 2025, o Gralha Azul incorporou um prelúdio de ações afirmativas. Diante desse marco, este artigo questiona se o ponto extra previsto no edital funciona como mecanismo de correção de desigualdades estruturais historicamente presentes na premiação ou se opera, sobretudo, como compensação simbólica tardia frente às disputas por legitimidade institucional.

OBJETIVO

Analisar a implementação das ações afirmativas na 41ª edição do Troféu Gralha Azul, avaliando se seus efeitos contribuem para a redução de desigualdades estruturais ou permanecem restritos ao plano simbólico.

METODOLOGIA

O estudo adota a pesquisa-ação, compreendida como um processo investigativo que se constrói pela oscilação sistemática entre agir na prática e refletir criticamente sobre ela, visando simultaneamente à produção de conhecimento e ao aprimoramento da própria prática (TRIPP, 2005). A escolha se dar pelo fato de a autora atuar na autarquia e ter participado da 41ª edição do Troféu Gralha Azul, como apresentadora da cerimônia, o que possibilitou o acompanhamento situado dos debates institucionais, das decisões normativas e de seus desdobramentos.

DISCUSSÃO

O edital da 41ª edição do Troféu Gralha Azul adotou ações afirmativas por meio de indução de nota, mantendo todas as categorias em disputa aberta e acrescentando um ponto à média final de espetáculos com pelo menos 50% de integrantes com mulheres, pessoas negras, povos indígenas, comunidades tradicionais, populações nômades e povos ciganos, pessoas LGBTQIAP+, pessoas com deficiência e pessoas idosas, mediante autodeclaração. Do ponto de vista do desenho de políticas públicas, trata-se de um instrumento que busca responder a uma demanda social específica, ainda que de forma limitada, ao introduzir a equidade como critério complementar à avaliação estética, nos termos discutidos por Secchi (2014) ao tratar da relação entre problema público, instrumentos e resultados esperados.

Em categorias individuais, a avaliação baseada na autodeclaração produziu situações como a concessão do ponto extra a apenas um artista em criações coletivas. Além disso, embora a indução de nota tenha sido definida em diálogo com o sindicato, sua formulação não se apoiou em dados demográficos ou indicadores da população do Paraná, fragilizando sua coerência enquanto política pública e limitando sua capacidade de atuar como correção proporcional de desigualdades estruturais.

Ainda assim, observou-se um aumento no número de artistas negros premiados na edição analisada, o que indica efeitos materiais relevantes, sobretudo considerando que o Troféu Gralha Azul envolve premiação em dinheiro e impacto direto na continuidade profissional. No entanto, à luz da reflexão de Carneiro (2003), esse avanço deve ser compreendido como parcial, uma vez que políticas de reconhecimento que não enfrentam os mecanismos históricos de exclusão no acesso à formação, aos recursos e às instituições tendem a operar como respostas tardias, incapazes de desmontar as desigualdades estruturais que antecedem o momento da consagração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ações afirmativas restritas à premiação operam como correção tardia, insuficiente para enfrentar desigualdades produzidas nas etapas anteriores do ciclo cultural. Avançar nesse debate implica pensar políticas afirmativas articuladas ao acesso à formação, aos editais de fomento e às instituições culturais, garantindo que artistas historicamente excluídos cheguem à premiação em condições menos desiguais.